

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

171

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0164431-1
COMARCA : Sertânia – Vara única
APELANTES : José Carlos da Silva, Márcio José da Silva,
Adeilton Góis de Siqueira, João Cordeiro Rafael
e Marcos Valério Neves Ferreira.
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR SUBSTº : Adeildo Nunes – Juiz Convocado
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

EMENTA:

PENAL E PROCESSO PENAL. LATROCÍNIO. ALEGAÇÃO DE CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL OBTIDA MEDIANTE TORTURA. AUSÊNCIA DE PROVAS. DECISÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. ABSOLVIÇÃO PRETENDIDA. IMPOSSIBILIDADE. CONFISSÃO PERANTE A AUTORIDADE POLICIAL. RETRATAÇÃO EM JUÍZO QUE NÃO SE HARMONIZA COM OUTROS ELEMENTOS PROBANTES. FATO ISOLADO. MODIFICAÇÃO DO REGIME PRISIONAL. POSSIBILIDADE. APELO PROVIDO PARCIALMENTE.
I – No que diz respeito à nulidade na confissão extrajudicial, por ter sido obtida mediante tortura pela autoridade policial, não merece ser acolhida, face à ausência de constatação de lesão corporal quando da realização de perícias traumatológicas realizadas nos acusados por ocasião da prisão.
I – Não merece reforma e, conseqüente, absolvição dos réus, a sentença condenatória que encontra harmonia com as provas carreadas aos autos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira 172
Terceira Câmara Criminal

II – A retratação dos acusados, em juízo, não tem o condão de macular a confissão anteriormente prestada perante a autoridade policial, quando em discrepância com o conjunto probatório dos autos.

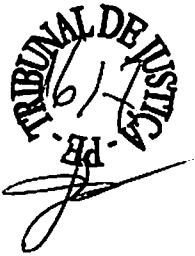
III – Os acusados foram condenados pela prática do delito descrito no art. 157, §3º do CPB, crime considerado hediondo, face à norma do art. 2º, da Lei nº 8.072/90, circunstância que inviabilizava o regime de cumprimento determinado na decisão vergastada, tendo em vista que a mencionada Lei estabelecia o cumprimento da pena em regime integralmente fechado (art. 2º, § 1º). No entanto, a Lei 11.464 de 28/03/07, modificou o dispositivo antes mencionado, determinando que a pena por crime hediondo será cumprida em regime inicialmente fechado.

IV – A decisão do STF declarou inconstitucional apenas o § 1º do art. 2º, da Lei 8.072/90, na parte em que determina que a pena por crime previsto no caput do aludido artigo 2º será cumprida integralmente em regime fechado, do que se deduz que o regime será o inicialmente fechado.

V – Apelação a que se dá parcial provimento.
Decisão unânime

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0164431-1**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos,**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

173

em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 26 de outubro de 2009.

Alderita Ramos de Oliveira
Presidente

Adeildo Nunes
Adeildo Nunes - Juiz Convocado
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

174

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0164431-1

COMARCA : Sertânia – Vara única

APELANTES : José Carlos da Silva, Márcio José da Silva,
Adeilton Góis de Siqueira, João Cordeiro Rafael
e Marcos Valério Neves Ferreira.

APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

RELATOR SUBST^o : Adeildo Nunes – Juiz Convocado

REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

RELATÓRIO

José Carlos da Silva, Márcio José da Silva e Adeilton Góis de Siqueira, foram denunciados (fls. 02/05) como incurso nas penas do art. 157, § 3^o, do Código Penal Brasileiro e **João Cordeiro Rafael, Quitéria da Silva Góis e Marcos Valério Neves Ferreira** denunciados como incurso nas sanções do art. 157, §3^o c/c o art. 29², do mesmo diploma legal, acusados de no dia 31.01.2006, pelas 17:00 horas, terem participado da ação delituosa que culminou com a morte de José Cordeiro dos Santos.

A vítima, Sr. **JOSÉ CORDEIRO DOS SANTOS**, conhecido como “Zezinho Moraes”, tinha como atividade econômica emprestar dinheiro, a juros acessíveis e módicos, tendo como seu cliente o denunciado **João Cordeiro Rafael**, o “João de Ziro”, que acumulando diversas e sucessivas dívidas a ponto de ficar insolvente em suas obrigações pecuniárias e financeiras com a referida vítima.

Ocorre que, com a finalidade escusa e sumária de livra-se de sua inadimplência e liquidar de uma só vez, todos os seus débitos, o denunciados “João de Ziro” contratou os serviços do também denunciado **Adeilton Góis de Siqueira**, tendo este contratado, os também

¹ Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 3^o Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de sete a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa

² Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

Actas/Apel crim - 0164431-1 - 157,§3º, conf políc, retrat, diverg prov, absolviç, impossib, improv



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

175

denunciados **Márcio José da Silva**, o "**Marcinho**" e **José Carlos da Silva**, o "**Zé Carlos**", para eliminar sumariamente a vítima.

Nesse momento entra em cena a participação da denunciada **Quitéria da Silva Góis**, que detinha as chaves da residência vítima, uma vez que prestava serviços esporádicos a mesma, as cedendo para os citados denunciados **José Carlos da Silva** e **Márcio José da Silva** para que os mesmo entrassem na residência da vítima, amordaçando e amarrando os pulsos e tornozelos da vítima, passaram a revirar toda a casa com o intuito de encontrar dinheiro, enquanto o denunciado **Marcos Valério Neves Ferreira**, o "**Marquinhos**", dava cobertura e proteção aos comparsas do lado externo da residência.

Concluída a instrução criminal, os acusados **João Cordeiro Rafael**, **Márcio José da Silva** e **José Carlos da Silva**, foram condenados à idênticas penas de 26 (vinte e seis) anos e 02(dois) dias de reclusão e 60(sessenta) dias-multa, o acusado **Adeilton Góis de Siqueira** foi condenado à pena definitiva de 30(trinta) anos de reclusão e 60(sessenta) dias-multa, o acusado **Marcos Valério Neves Ferreira** foi condenado a pena definitiva de 19(dezenove) anos e 10(dez) dias de reclusão e 30(trinta) dias-multa, sendo todas as penas cumpridas em regime integralmente fechado, por tratar-se de crime hediondo (art.2º, §1º da lei 8.072/90). No que pertine a acusada **Quitéria da Silva Góis**, a mesma foi absolvida nos termos do art. 386, inciso IV, do Estatuto processual penal, tudo conforme demonstrado na sentença de fls.1214/1252 (7ºvolume).

Inconformados, os réus **José Carlos da Silva** e **Márcio José da Silva**, apelaram às fls.1303, oferecendo suas razões recursais às fls.1381/1393, alegando a nulidade do processo uma vez que transcorreu em afronta ao princípio do contraditório e cerceando a ampla defesa dos apelantes, usando provas ilícitas e albergando a efetiva prática da tortura, para obtenção de confissões, impondo a absolvição dos apelantes.

Às fls. 1260/1261 e 1270/1272, os réus **Adeilton Góis de Siqueira** e **João Cordeiro Rafael**, respectivamente, manifestaram interesse em apelar da referida decisão, oferecendo razões recursais às fls. 1427/1472, alegando as mesmas nulidades apontadas pelos réus **José Carlos da Silva** e **Márcio José da Silva**, aspectos esses que, obstacularam a amplitude da defesa, cerceando o direito de defesa, acatando no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

176

acolhimento de prova ilícita (confissão sob tortura). No mérito alegam que a sentença condenatória foi contrária a provas dos autos, apontando a existência de contradições nas declarações prestadas pela filha da vítima e o descabimento do cumprimento integral da pena em regime prisional fechado, pugnando pela absolvição e expedição de alvará de soltura.

Às fls. 1404, o acusado **Marcos Valério Neves Ferreira**, ofereceu recurso de apelação, apresentando suas razões recursais às fls. 1405/1418, alegando que a sentença condenatória é contrária à evidência dos autos, não encontrado apoio em provas idôneas, mas em meros indícios, aduzindo que a falta de evidências para a comprovação da culpabilidade da acusada Quitéria, igualmente deveria ter beneficiada o apelante. Apontando, ainda, inexistência de testemunhas, no sentido de terem presenciado o apelante dentro do veículo estacionado próximo a residência da vítima. Ao final, faz considerações a cerca da tortura sofrida no âmbito do procedimento investigatório, requerendo, por fim, a sua absolvição, por imposição do princípio *in dubio pro reo*.

O Ministério Público ofereceu contra-razões de apelação (fls. 1538/1540), rechaçando as alegações dos apelos, pugnando, por fim, pela manutenção da sentença acoimada.

A douta Procuradora de Justiça, Dra. Cristiane de Gusmão Medeiros, ofereceu parecer de fls. 1549/1560, opinando pelo provimento parcial, com o fito de afastar a vedação da progressão de regime prisional da presente insurgência.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 07 de setembro de 2008.

Adeildo Nunes - Juiz Convocado
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0164431-1

COMARCA	: Sertânia – Vara única
APELANTES	: José Carlos da Silva, Márcio José da Silva, Adeilton Góis de Siqueira, João Cordeiro Rafael e Marcos Valério Neves Ferreira.
APELADO	: Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATORA	: Des ^a . Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR SUBST^o	: Adeildo Nunes – Juiz Convocado
REVISOR	: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

PRELIMINARES

É matéria atacada em sede de preliminar, em todos os apelos, a afronta aos princípios do contraditório e da ampla defesa aos apelantes. Insurgem-se contra as provas ilícitas utilizadas ao longo do processo, albergadas na efetiva prática da tortura, por ocasião do inquérito, para obtenção de confissões, impondo, ao final, a nulidade do processo e conseqüente absolvição dos apelantes.

De início, cumpre asseverar que eventuais irregularidades ocorridas na fase inquisitorial não contaminam o desenvolvimento da ação penal, tendo em vista ser o Inquérito Policial peça meramente informativa e não probatória, que tem por finalidade fornecer ao Ministério Público ou ao ofendido, conforme a natureza da infração, os elementos necessários para a propositura da ação penal.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. EXTORSÃO PRATICADA POR POLICIAIS MILITARES NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA AMBIENTAL. PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. PREVENÇÃO À REITERAÇÃO DE PRÁTICAS CRIMINOSAS. AMEAÇAS À VÍTIMA E TESTEMUNHAS. INÉPCIA DA DENÚNCIA INEXISTENTE. INQUÉRITO POLICIAL. NULIDADE QUE NÃO CONTAMINA A AÇÃO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

178

INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA. (STJ - HC 39767/GO, rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, 5ª Turma, DJ de 20/02/2006, p. 352.)

Forçoso registrar ainda, que ao inquérito policial não se aplica o princípio do contraditório, porquanto é fase investigatória, preparatória da acusação, destinada a subsidiar a atuação do órgão ministerial na persecução penal.

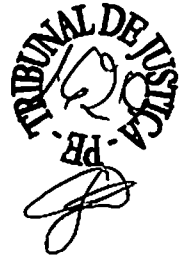
Desta feita não há que se acatar tais alegações em sede de inquérito policial.

No que pertine a afronta aos princípios do contraditório e da ampla defesa em sede judicial, especialmente no que tange aos requerimentos de quebra de sigilo bancário e telefônico da vítima e as denúncias de tortura dos acusados que, em confissões supostamente colhidas por tal meio delataram os demais co-réus, hão de serem tecidas algumas considerações a respeito, a fim de deixar clara a razão pelo não acolhimento da mesma.

Às fls. 401/410, 411/413, 630/636, 710/717 e 844/848, a defesa do apelante Adeilton Góis de Siqueira manifestou-se, em inúmeras petições, a cerca da alegada necessidade de adoção de providências referentes à prática de tortura contra os apelantes José Carlos da Silva e Márcio José da Silva, isso acrescido ao fato da reiteração das mesmas razões por parte dos demais acusados, que sustentaram a tese de que as confissões obtidas por meio de tortura beneficiariam a todos os acusados, ao argumento de que suas condenações foram embasadas em provas ilícitas, acarretando a nulidade do feito.

Ocorre que todas as argumentações em torno da suposta tortura aos acusados que prestaram declarações em sede policial se retratando em juízo, alegando que as mesmas foram frutos de torturas a eles infringidas, não merece guarida.

Bem se vê que nos exames de lesão corporal realizados nos acusados para aferir a integridade física dos presos (fls.62, 64, 66,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

179

68 e 70), não foram contatadas quaisquer lesões nas pessoas dos acusados, exceto no acusado José Carlos (fls.62) que apresentou registro de lesão no peito, produzida por instrumento contuso que, conforme declaração do policial envolvido em sua prisão, atribuiu a mesma a ação do próprio acusado na tentativa de fuga (fls.472/479).

No que tange ao cerceamento de defesa, alegado pelos apelantes **Adeilton Góis de Siqueira** e **João Cordeiro Rafael**, ao argumento de não terem sido atendidos os requerimentos de quebra de sigilo bancário e telefônico, entendidos pela defesa como de apreciação postergada e, quando deferidos, de forma incompleta, observa-se que os mesmos não passaram de manobras da defesa.

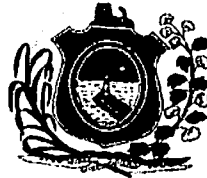
No que pertine às solicitações reiteradas de gravações das emissoras de rádio, que segundo os apelantes, teriam induzido a opinião pública, acarretando prejuízo para a defesa, já que sendo também deferidas tardiamente Juiz Monocrático, uma vez que referidas gravações são armazenadas pelo período de 30(trinta) dias, pelas emissoras de radiodifusão, também não merece acolhida.

É que o propósito relatado pelos apelantes, para tal solicitação, era apontar como inadequada à conduta adotada pelo magistrado, a ponto de induzir a população local com prejulgamento da matéria, o que também não merece acolhida, pois do modo que foi colocada, não passa de mera alegação, sem suporte probante. Frise-se que tal situação, em tese, encena casa do suspeição de magistrado, que deveria ser argüida nos termos do art.98 do CPP.

Ante o exposto, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, inacolho as preliminares suscitadas.

Recife, de de 200 .

Adeildo Nunes - Juiz Convocado
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0164431-1

COMARCA

APELANTES

APELADO

RELATORA

RELATOR SUBSTº

REVISOR

: Sertânia – Vara única
: José Carlos da Silva, Márcio José da Silva,
Adeilton Góis de Siqueira, João Cordeiro Rafael
e Marcos Valério Neves Ferreira.
: Ministério Público do Estado de Pernambuco
: Desª. Alderita Ramos de Oliveira
: Adeildo Nunes – Juiz Convocado
: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

VOTO - MÉRITO

A materialidade do delito encontra-se insofismavelmente evidenciada nos autos, por intermédio do Auto de Exame do Local do Crime e Álbum fotográfico (fls.12), os autos de apresentação e apreensão (fls.38 e 39/43), Perícia tanatoscópica (fls.558 e 558-v) e exame pericial de local de ocorrência (fls.814/834).

Com relação à autoria do crime, verifico que os acusados confessaram a prática delitiva perante a autoridade policial, conforme os autos de interrogatório às fls. 43/51, 84/87 e 128/130, dos acusados José Carlos da Silva, Márcio José da Silva, Adeilton Góis de Siqueira, João Cordeiro Rafael e Marcos Valério Neves Ferreira, respectivamente.

O réu José Carlos da Silva, interrogado na fase policial às fls. 43/45, afirmou:

“QUE, há uns oito dias atrás, foi procurado por ADEILTON, seu conhecido, que reside nas proximidades de sua casa; Que naquela ocasião ADEILTON disse para o interrogado que no centro desta cidade morava um velho que tinha muito



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

dinheiro e guardava o dinheiro em casa, e convidou o interrogado para praticarem um assalto contra aquele velho; Que, então o interessado aceitou aquela proposta e convidou seu irmão MÁRCIO JOSÉ DA SILVA, apelidado de "MARCINHO", para participar daquela "parada", tendo seu irmão aceitado o convite; (...) Que quando o interrogado e MARCINHO chegaram nas imediações da residência da vítima, realmente ADEILTON estava no local combinado e seus carro estacionado na frente da prefeitura local; (...) Que, também, como já haviam combinado anteriormente, o interrogado se dirigiu aos fundos da casa da vítima, e pulou o muro, isso por volta das 17:30 horas; Que logo em seguida ADEILTON abriu a porta dos fundos da casa e o interrogado entrou, observando que seu irmão já havia imobilizado a vítima; Que ato contínuo, o interrogado pegou um rolo de fita adesiva que já estava no interior da casa, e envolveu os pulsos e tornozelos da vítima com aquele material; Que, afirma o interrogado, que ADEILTON ainda colocou um pano na boca da vítima e passou a fita adesiva tampando a boca do idoso para que não gritasse; Que, depois disso o ancião foi colocado sentando no banheiro da casa, enquanto vasculhavam todos os cômodos da casa, à procura de dinheiro; (...) Que, concluído o roubo, o interrogado saiu pelo local por onde tinha entrado na casa, ou seja, pulando o muro, enquanto que MARCINHO e ADEILTON saíram pela porta da frente, por onde haviam entrado; Que, afirma o interrogado que quando deixou a casa, a vítima ainda estava viva, porém se debatendo, como que estivesse com falta de ar; (...) Que, afirma o interrogado, que ADEILTON havia prometido gratificar o interrogado e seu irmão, com a importância de R\$1.000,00 (hum mil reais) para cada um, com o produto do roubo, porém o interrogado e MARCINHO não chegaram a receber aquele dinheiro; Que, afirma o interrogado, que nesta Delegacia, ouviu quando MARCINHO falou que um quarto elemento, de nome MARCOS, que reside nesta cidade na Rua das Tabocas ou, Rua dos Guararapes, tinha conhecimento dos fatos e estava dentro do carro com ADEILTON na ocasião em que o assalto ora apurado era



182

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

concretizado, certamente dando cobertura ao feito criminoso; (...) Que, também nesta Delegacia, o interrogado ouviu quando seu irmão disse para a Autoridade Policial, que JOÃO, que é proprietário de um mercadinho localizado vizinho da casa da vítima, era quem havia encomendado aquele assalto e passado o "serviço"; Que, ouviu ainda o interrogado seu irmão dizer, que uma moça que trabalhava no mercadinho de JOÃO, e que levava comida para a vítima, foi quem entregou as chaves da casa da vítima para ADEILTON, para facilitar a entrada dos três no imóvel;(...)"

O réu Márcio José da Silva (fls. 46/48), disse:

"(...) QUE, há uns cinco ou seis dias atrás, se não se engana, o interrogado foi procurado por seu irmão JOSÉ CARLOS DA SILVA, mais conhecido por "ZÉ CARLOS", o qual lhe convidou para um assalto a um homem que residia no centro desta cidade; que seu irmão disse que aquele assalto havia sido planejado por ADEILTON, que é conhecido do depente, e reside perto de sua casa; Que, naquele mesmo dia o interrogado se encontrou com MARCOS, que reside nesta cidade, na Rua Tabocas ou Rua dos Guararapes, o qual disse ao interrogado que iria ficar nas proximidades da casa da vítima, para dar cobertura ao interrogado, ZÉ CARLOS e ADEILTON, quando estes estiverem no interior da casa da vítima; Que, contou também MARCOS para o interrogado, que aquele assalto havia sido encomendado por JOÃO que tem um mercadinho vizinho à casa da vítima, e que uma moça que é funcionária de JOÃO, e que costumava levar comida para a vítima, havia adquirido as chaves da residência e entregue a ADEILTON para facilitar a entrada no imóvel; (...) Que, ADEILTON abriu a porta da casa da vítima a ser assaltada e ele e o depoente adentraram na mesma rapidamente, isso por volta das 17:30 horas, enquanto que ZÉ CARLOS foi para os fundos da casa e pulou o muro; Que, quando o interrogado e ADEILTON entraram na residência da vítima, esta, um cidadão de idade, estava sentada em uma cadeira e na sala, quando foi imediatamente imobilizado pelos



183

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

dois, que taparam a sua boca para que a vítima não gritasse; Que, então os dois foram até a cozinha com a vítima e abriram a porta para que ZE CARLOS, que já estava dentro do muro, entrasse em casa; (...) Que, depois disso, passaram a revirar todos os cômodos da casa, à procura de dinheiro; Que depois que a casa estava toda revirada, ADEILTON encontrou uma sacola de plástico em baixo de uma cama, dentro da qual estava um pacote de dinheiro; (...) Que depois que o dinheiro foi encontrado, o interrogado e ADEILTON saíram pela porta de frente do imóvel, enquanto que ZÉ CARLOS saiu pelos fundos da residência; Que afirma o interrogado, que ante de deixar a casa a vítima estava viva, no entanto estava se debatendo, parecendo esta sem respirar; (...) Que afirma o interrogado que chegou a ver, o tal MARCOS dentro do carro de ADEILTON; (...) Que, afirma o interrogado que a sua intenção e de seus comparsas, não era de que a vítima morresse; (...) Que ADEILTON é conhecido como pistoleiro nesta cidade e ultimamente estava sempre a serviço de JOÃO; que MARCOS disse para o interrogado que o dinheiro produto do roubo iria ser entregue para JOÃO; Que na mesma noite do ocorrido, o interrogado viu o carro de ADEILTON, um GOL verde, estacionado na frente da casa de JOÃO; Que, afirma o interrogado que não conhecia a vítima e que só neste momento é que ficou sabendo de que esta tratava-se do Sr. JOSÉ CORDEIRO DOS SANTOS, que tinha mais de 80 anos de idade;(...)"

O réu, Marcos Valério Neves Ferreira, em seu interrogatório policial às fls. 128/130, disse:

"(...) QUE, o interrogado conhece a pessoa de ADEILTON de vista, há aproximadamente dois meses, sendo do seu conhecimento que o referido trabalha no ramo da topografia; QUE, o interrogado informa que três dias antes do fato ora apurado, num dia de sábado, durante o período diurno, encontrou-se com a pessoa de ADEILTON na feira do troca na cidade de Sertânia, o qual lhe disse: "MARQUINHOS, VAI HAVER UM ASSALTO QUE 'JOÃO DO MERCADO'



184

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

MANDOU E A FUNCIONÁRIA DESSE VAI ENTREGAR A CHAVE E QUE IRIA CONTRATAR MAIS DUAS PESSOAS", todavia não informou o nome da vítima nem os nomes das duas pessoas que iriam participar com ele do crime; (...) Que, o interrogado conhece as pessoas de "JOÃO DO MERCADINHO", bem como, a funcionária desse, vindo a tomar conhecimento, nesta delegacia, que o nome da referida é QUITÉRIA; Que conhecia QUITÉRIA apenas de vista, porém não sabia que seu nome era esse; Que conhece ainda as pessoas de "MARCINHO" e "ZÉ CARLOS", apenas de vista; (...) Que, o interrogado ouviu comentários na cidade de que "JOÃO DO MERCADINHO" devia dinheiro à vítima neste autos, bem como a referida vítima emprestava dinheiro a juros. Perguntado ao interrogado se cinco ou seis dias antes do fato em apuração chegou a se encontrar com o popular "MARCINHO" (Márcio José da Silva), informando que iria ficar nas proximidades da casa da vítima para dar cobertura a este, ao popular "ZÉ CARLOS" (José Carlos da Silva) e ADEILTON, quando estes estivesse no interior da casa da vítima, respondeu negativamente. Perguntado ao interrogado se chegou a comentar com "MARCINHO" que aquele assalto havia sido encomendado por "JOÃO DO MERCADINHO" respondeu que não chegou sequer a encontrar com o referido. Perguntado ao interrogado qual o motivo ADEILTON chegou a comentar com ele sobre a contratação de sua pessoa, ADEILTON, por JOÃO DO MERCADINHO para a prática do assalto ora apurado, respondeu não saber. Perguntado ao interrogado se chegou a ser convidado por ADEILTON para participar do delito em apuração, respondeu negativamente; (...) Perguntado ao interrogado se tem conhecimento que ADEILTON é proprietário de um veículo MODELO Gol, respondeu afirmativamente, informando ser de cor verde.(...)".

E de se destacar, que a tese em torno da suposta tortura recai sobre os depoimentos prestados em sede policial dos acusados "Zé Carlos", "Marcinho" e Marcos Valério, ao argumento de que foram severamente violentados, ora com murros, choques elétricos, aperto de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

testículos, ora com ameaças, havendo a retratação dos mesmos em juízo quando de seus interrogatórios judiciais às fls. 266/269, 264/266 e 263/264, respectivamente.

O denunciado Adeilton Góis de Siqueira, **nega** as versões acima em seu interrogatório (fls. 49/51), informando:

"QUE, o interrogado nega as imputações contra ele proferidas, alegando que no dia dos fatos em apuração encontrava-se na cidade de São José do Egito, nesse Estado, fazendo medição de eletrificações rurais, no Sítio Cachoeira, tendo chegado a esta cidade por volta das 17h00, em companhia de JOSÉ EDSON DA SILVA, seu auxiliar, tendo-o deixado em casa, e logo seguido para sua residência; Perguntado ao interrogado se conhece os populares "MARCINHO" (MARCIO JOSÉ DA SILVA) e "ZÉ CARLOS" (JOSÉ CARLOS DA SILVA), respondeu que conhece os dois, os quais residem próximo a sua residência. Perguntado ao interrogado se conhece a vítima destes autos, JOSÉ CORDEIRO DOS SANTOS, mais conhecido por "ZEZINHO MORAIS", respondeu afirmativamente, todavia informa nunca ter freqüentado a residência do mesmo. Perguntado ao interrogado se no dia do fato em apuração (31/01/2006), por volta das 17h30m, esteve na companhia dos populares "MARCINHO" e "ZÉ CARLOS" na residência da vítima deste autos, respondeu negativamente, informando nunca ter estado na companhia dos mesmos. Perguntado ao interrogado se tinha conhecimento de que a vítima guardava dinheiro em casa, respondeu negativamente. Perguntado ao interrogado se esteve com a pessoa do popular "ZÉ CARLOS", cerca de oito dias antes do ocorrido, no intuito de combinar como seria executado o latrocínio contra a vítima destes autos, respondeu negativamente, informando que se nome está sendo veiculado pela pessoa de "MARCINHO", por já ter tido problemas anteriormente com o mesmo, pois o referido praticou um furto no estabelecimento comercial de "JOÃO" e ele, interrogando, interveio, solicitando que a irmã de "MARCINHO" que pedisse a este para devolver os documentos que este havia pego. Perguntado ao interrogado



186

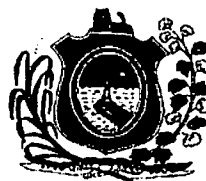


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

se este conhece a pessoa de JOÃO CORDEIRO RAFAEL, mais conhecido por "JOÃO DE ZILO", respondeu afirmativamente, informando que o conhece há mais de dez anos. Perguntado ao interrogado se o popular conhecido por "JOÃO DE ZILO", o teria contratado para a prática do fato em tela, respondeu negativamente. (...) Apresentada ao interrogado a pessoa de QUITÉRIA, informou que a reconhece do mercado de João, sem contudo, conhece-la pelo nome. Perguntado ao interrogado se QUITÉRIA teria lhe fornecido a chave da casa da vítima para que o mesmo pudesse entrar para cometer o crime em tela, respondeu negativamente. (...) Perguntado ao interrogado se tinha a intenção ceifar a vida da vítima, respondeu negativamente, acrescentando, que não poderia ter a intenção de matar a vítima destes autos, pois não teve qualquer participação no crime em apuração. (...).

O réu João Cordeiro Rafael, em seu interrogatório policial às fls.84/87, **nega** a versão narrada na denúncia, asseverando:

"(...) QUE, o interrogado nega as imputações contra ele proferidas. Perguntado ao interrogado se conhece os populares "MARCINHO" (MARCIO JOSÉ DA SILVA) e "ZÉ CARLOS" (JOSÉ CARLOS DA SILVA), respondeu afirmativamente, informando que os referidos residem no mesmo bairro do interrogado, sendo pessoas conhecidas por sua criminalidade. Perguntado ao interrogado se conhece a pessoa de ADEILTON GOIS DE SIQUEIRA, respondeu afirmativamente, informando que o referido também reside no mesmo bairro do interrogado e como tem um restabelecimento comercial no bairro em que reside, esporadicamente, o referido o frequenta como cliente, tendo seu contato formal com ADEILTON acontecido há aproximadamente cinco anos quando o interrogado fora assaltado em sua residência e teve seu estabelecimento comercial arrombado por várias vezes, quando contratou seus serviços de segurança tendo pago a este. Perguntado ao interrogado se conhece a vítima nestes autos, JOSÉ



187



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

CORDEIRO DOS SANTOS, conhecido por "**ZEZINHO MORAIS**", respondeu afirmativamente, informando que o conhecia a mais de dez anos por ser seu inquilino desde este período. (...) Perguntado ao interrogado se é de seu conhecimento que a vítima nestes autos emprestava dinheiro a juros, respondeu afirmativamente, esclarecendo que já chegou a pegar dinheiro emprestado com o referida, todavia, ante o vínculo de amizade entre os dois, dificilmente ele cobrava juros. Perguntado ao interrogado se é de seu conhecimento que a vítima neste autos gostava de guardar dinheiro em casa, respondeu afirmativamente, informando que a referida apesar de ter conta bancária costumava guardar o dinheiro em casa, visto que as vezes que precisou de dinheiro, esta já dispunha da importância em casa. Perguntado ao interrogado se teria contratado os "serviços" de **ADEILTON GÓIS DE SIQUEIRA** para adentrar na residência da vítima nestes autos e rouba-la, respondeu negativamente. Perguntado ao interrogado se sabe informar se **ADEILTON GOIS DE SIQUEIRA** é proprietário de algum veículo, respondeu acreditar que sim, todavia não sabe informar que tipo de veículo. Perguntado ao interrogado se no dia 31/01/2006, passando das 17h30, percebeu o veículo de propriedade de **ADEILTON GOIS SIQUEIRA** estacionado defronte de sua residência, respondeu não haver percebido a presença de nenhum veículo estacionado defronte a sua residência, pois no dia em referencia, ao chegar em casa, logo saiu para uma reunião paroquial. Perguntado ao interrogado se conhece a pessoa de **QUITÉRIA DA SILVA GOIS**, respondeu afirmativamente, informando que a referida é sua funcionária há mais de cinco anos e que trabalha representando produtos de sua empresa. Perguntado ao interrogado se é de seu conhecimento que **QUITÉRIA DA SILVA GOIS** tinha amizade com a vítima nestes autos, respondeu afirmativamente, assim como o próprio interrogado também tinha. QUE, o interrogado informa que **QUITÉRIA** quase todos os dias, a pedido da vítima nestes autos, comprava sua sopa, bem como era costume do senhor "**ZEZINHO**" pedir favores a **QUITÉRIA**. Perguntado ao



188



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

interrogado se é de seu conhecimento que QUITÉRIA tivesse acesso às chaves da residência da vítima nestes autos, respondeu que a referida não tinha acesso e nenhuma outra pessoa nesta cidade. Perguntado ao interrogado se conhece o popular "MARCOS" (...) respondeu negativamente. Perguntado ao interrogado se tem conhecimento do motivo pelo qual "MARCINHO" o acusa de ser o mandante intelectual do crime ora apurado, respondeu negativamente. Perguntado ao interrogado se no dia 31/01/2006, percebeu a presença de "MARCINHO", "ZÉ CARLOS" e/ou ADEILTON, nas mediações da residência da vítima, respondeu negativamente, esclarecendo que no dia em referencia permaneceu em seu estabelecimento comercial até por volta das 18h40. Que no dia seguinte, 01/02/2006, o interrogado e alguns vizinhos deram por falta da vítima nestes autos, tendo o interrogado telefonado para a referida e esta não atendeu e alguns vizinhos e a própria QUITÉRIA chegaram a bater na porta da casa, todavia, esta não atendeu. QUE, momentos depois ficaram na porta da vítima, ocasião em que chegou o carteiro para entregar a correspondência oportunidade em que alguém chegou a pegar no trinco da porta, não sabendo informar quem, quando percebeu-se que a porta não estava trancada, oportunidade em que a filha do interrogado, JULY MARIA JOSÉ RAFAEL, por curiosidade, adentrou e retornou informando que o senhor "ZEZINHO" estava morto no banheiro e que a casa estava toda revirada.(...)"

Ocorre que não se pode perder de vista, saindo do foco das declarações prestadas pelos acusados, a prova testemunhal que vem acrescentar veracidade ao envolvimento dos acusados na prática criminosa.

Os relatos dos réus durante a fase inquisitorial, guardam harmonia entre si e com as informações prestadas pelas testemunhas, tanto na investigação policial, quanto por ocasião da instrução criminal, apesar de terem se retratado, quando interrogados durante o sumário.



189



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

Além das declarações unânimes no sentido de apontar os nomes dos acusados como sendo os únicos envolvidos na prática delitiva, vale destacar a depoimento da testemunha EDSON JOSÉ DA SILVA, na fase inquisitorial, às fls. 102/103, ao asseverar:

"(...) QUE, no dia 31/01/2006, por volta das 05h00, seguiu com o Senhor ADEILTON até o posto Vip, onde abasteceram o veículo Gol, de cor verde, de propriedade do referido e, em seguida, foram até o município de São José do Egito/PE, a fim de realizar um serviço de eletrificação rural, na localidade denominada Fazenda Malhada Vermelha; QUE, terminaram o serviço por volta das 11h00, retornando a este município, chegando por volta das 13h30, quando ADEILTON deixou o depoente em sua residência, pois ainda não haviam almoçado; QUE, no dia seguinte (01/02/2006), por volta das 05h00, ficou esperando ADEILTON na praça da Bandeira, nesta cidade, próximo ao Barraco do "Vovô Eró", quando este chegou em seu veículo e de lá seguiram para o município de Custódia/PE, mais precisamente no açude do DENOCS, para fazerem novamente medição para instalação de eletrificação rural; QUE, chegaram de volta a esta cidade por volta das 16h00; QUE, ao chegar, o depoente percebeu alguns populares na Rua Dr. Lafayette, tendo o depoente imaginado que houvesse ocorrido um acidente de trânsito, todavia, ADEILTON chamou um popular e indagou ao referido o que havia acontecido, quando ambos foram informados que haviam assassinado o senhor conhecido popularmente por "ZÉ. MORAIS"; QUE, em seguida o depoente foi para sua residência; QUE, o depoente, tomou conhecimento que após deixa-lo em casa, ADEILTON foi até o local onde ocorrera o crime ora apurado e ficou observando, de braços cruzados, do lado de fora, pois a polícia não permitia a entrada de populares no local, ou seja, na residência da vítima; QUE, no dia seguinte, 02/02/2006, por volta das 05h00, viajou novamente com ADEILTON, para o município de Custódia/PE retornando por volta das 16h00; QUE, naquele mesmo dia, por volta das 20h00, tomou conhecimento que ADEILTON havia sido preso por estar envolvido na morte do senhor "ZÉ MORAIS"; QUE, o depoente afirma que no dia 04/02/2006, a



190

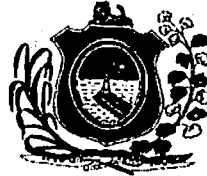


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

senhora SHIRLEY, esposa de ADEILTON, estava a sua procura, tendo-o encontrado na Rua Dr. Manoel Borba, em frente ao Bar do senhor Nelson, quando indagou ao depoente que horas havia chegado do trabalho em companhia de seis marido a esta cidade no dia 31/01/2006, tendo o depoente afirmado que haviam chegado por volta das 13h00; **QUE, SHIRLEY então lhe disse que ADEILTON mandara o depoente dizer que haviam chegado não às 13h00 horas, como de fato aconteceu, e sim às 17h00 daquele dia, tendo o depoente respondido que não iria mentir; (...);** ”.

Maria Emília Magalhães Cordeiro, filha da vítima fatal nos presentes autos, ouvido pelo magistrado de 1º grau (fls. 421/426), informou:

“(...) Que não recorda quando a vítima lhe confidenciou que o acusado João lhe devia dinheiro, não lhe informando o valor dessa dívida; a vítima chegou a comentar que não ia ajudar o acusado João, porquanto o mesmo era uma pessoa fraca e que só se envolvia com gente ruim; esta confidencia lhe foi feita há aproximadamente um a dois anos; que a vítima não lhe comentou mais nada, todavia percebeu que o seu pai, a vítima, estava muito aborrecida com o acusado João; o seu pai costumava aconselhar o acusado João; isto porque o seu pai reclamava o acusado João que o mesmo fazia coisas erradas e convivia com pessoas no mercadinho, que a vítima considerava pessoas ruins; (...) Que era comum o acusado trocar cheques, por dinheiro, com a vítima; (...) que ouviu comentários de várias pessoas da cidades, cujo o nome não se lembra, de que na tarde do dia 31/01/2006, à tarde, não sabendo precisar o horário, foi visto estacionado na frente da casa vítima, um veículo gol verde, e dentro do mesmo estava o acusado Adeilton; não sabe dizer, porque não ouviu falar, por quanto tempo veículo gol passou estacionado na frente da casa da vítima; (...) que depois do interrogatório dos acusados em juízo, mas precisamente quando a perícia técnica esteve aqui para fazer o exame de corpo de delito, ouviu falar que a acusada Quitéria havia fornecido as chaves ao acusado



191



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

Adeilton para que o mesmo retirasse cópia dessa chave, objetivando a realização do crime objeto do presente feito; (...) há uns quatro meses seu pai lhe confidenciou que o acusado João atrasava o pagamento do aluguel do prédio onde está o mercadinho, e a vítima lhe disse que não concordava com isso e procurava o acusado João e lhe exigia que pagasse o aluguel na data correta; (...) que sempre chegava muita gente perto da depoente, não recordando os nomes delas, as quais diziam que os acusados eram de fato suspeitos do crime. (...) que soube, depois do enterro, pelo acusado João, que o mesmo estava sendo acusado de ser o mandante do crime; na quinta-feira, às 06:30 horas, precisamente dia 02/02/06, o acusado João o procurou, indo de encontro a depoente e tendo-lhe dito que haviam suspeitos, não dizendo os nomes dos mesmos. (...) Que veio a saber, no interrogatório prestado pela acusada Quitéria, em Juízo, que a mesma adentrou algumas vezes na residência onde seu pai faleceu e também tinha ciência que uma empregada adentrava nessa casa uma vez por semana para fazer limpeza da casa; (...) Que seu pai lhe falou que o acusado João tinha "quebrado financeiramente", outras vezes; (...) Que às vezes, quando seu pai carregava uma sacola entre uma residência e outra, sabe dizer que era dinheiro tal sacola; que tais sacolas, quando a importância de dinheiro eram maiores, ficavam guardadas debaixo da cama da vítima; (...) que informa ainda que tomou conhecimento que a acusada Quitéria entregara a chave ao acusado Adeilton, na ocasião que estavam fazendo o levantamento para o exame de corpo e delito, através de um agente de polícia, que lera o depoimento dos acusados perante a Autoridade Policial; (...) que seu pai permanentemente ficava com essas chaves da sua residência e não entregava a ninguém; nem a própria depoente tinha acesso as chaves da casa; (...) que confirma que seu pai estava muito aborrecido com o acusado João, mas confirma também toda manhã levava o café para esse acusado, achando aquela circunstância inexplicável; (...)." (DESTAQUEI)



192



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

Em assentada, às fls. 426/429, a testemunha Sebastiana Feliciano da Silva, informou à autoridade judiciária:

"(...) que uma vez por semana, na casa da vítima, onde a mesma faleceu, fazia a limpeza da casa e lavava a roupa; (...) quando a acusada Quitéria ia levar a sopa a depoente não estava mais; que as chaves da casa, a vítima deixava em cima da mesa; a porta da cozinha tinha cadeado e era comum a vítima fechar a porta da cozinha e deixar em cima da mesa; essa mesa era aquela onde a vítima fazia seus contatos com pessoas, emprestava dinheiro; (...) uma vez a vítima lhe falou que havia perdido a chave de sua casa; não se recorda bem, mas essa chave que foi perdida foi a da porta da frente; depois não chegou a perguntar a vítima se o mesmo havia encontrado a mesma; (...) que ouviu comentários João e Quitéria estavam presos por que eram culpados; duas pessoas, Braz e Carlos Henrique, chegaram a lhe comentar que os suspeitos do crime eram os acusados do crime eram João e Quitéria, todavia não falaram sobre os outros acusados; que os comentários que ouviu foram dando conta de que os outros acusados teriam praticado o crime a mandado de João, é tanta gente que comenta isso que não recorda o nome; (...) que nunca ouviu nenhum comentário dando conta que outras pessoas, que não fossem os acusados, teriam praticado o crime; que conhecia a vítima há mais de 40 anos; (...)". (DESTAQUEI)

A testemunha Shirley de Carvalho, em seu depoimento (fls. 429/434), corroborou a versão do seu companheiro, o acusado Adeilton Góis de Siqueira:

"(...) que é esposa do acusado Adeilton; (...) que o seu esposo, no dia 31/01 foi trabalhar em São José do Egito e voltou daquele município voltou para casa; chegou então em casa pelas 16:30 horas não saindo mais de lá, indo dormir; acordando de 04:30 para 05:00 do dia primeiro e retornando ao trabalho indo para custódia e somente chegando ao meio-dia; que conhece o Marquinhos do



193



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

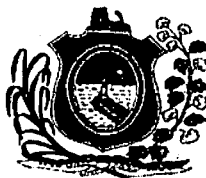
Mototaxi; conhece Quitéria de vista; que conhece o José Carlos de vista; também, de vista, o Marquinhos; e o João conhece; seu esposo o acusado Adeilton, trabalhou para o acusado João uns 3 ou 4 anos atrás; (...) que soube que o acusado João colocou o acusado Adeilton como vigia do supermercado porque soube que algumas pessoas queriam assaltar a sua esposa no supermercado; que somente foi essa vez que o acusado Adeilton trabalhou para o acusado João; que o acusado Adeilton estava sem serviço e portanto aceitou o trabalho para o acusado João; que deixou o trabalho com o acusado João porque saiu o trabalho de topografia para seu esposo; (...) não conhecia a vítima; o acusado de vista conhecia a vítima de vista; o acusado Adeilton nunca teve nenhum relacionamento de amizade com os acusados José Carlos, Marcinho e Marquinhos; seu esposo quando trabalhou no mercadinho não trabalhava armado; que nunca nenhum dos outros acusados tiveram em sua residência, nem tão pouco viu os mesmos conversando em qualquer lugar; (...). (DESTAQUEI)

Vale destacar que no depoimento prestado pela esposa do acusado ADEILTON, afirma a Sra. SHIRLEY que acusado chegou do serviço de eletrificação realizado com a testemunha EDSON JOSÉ DA SILVA (fls. 102/103), às 16:30 horas, diversamente do horário das 13:00 horas informado por aquela testemunha, revelando incoerência suspeita a militar em desfavor do acusado Adeilton.

As testemunhas arroladas pela defesa (fls. 571/587; 641/643; 707/708;) nada acrescentaram ao conjunto probatório dos autos.

Desta feita, a retratação dos acusados em juízo é fato isolado, não se coadunando com as demais provas coligidas nos autos. Em casos análogos, assim tem se pronunciado este Sodalício:

"DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. ACUSADOS QUE CONFESSAM NA POLÍCIA, OS DELITOS PRATICADOS, PARA, A SEGUIR, NEGAR TUDO EM JUÍZO:



194



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

RETRATAÇÃO DE NENHUMA VALIA, DADO QUE A PROVA CONTRA ELES, NOS AUTOS, É ROBUSTA, ALÉM DE SEREM PESSOAS DE PÉSSIMOS ANTECEDENTES. O LATROCÍNIO PRATICADO PELOS APELANTES FICOU DEVIDAMENTE COMPROVADO, BEM COMO A AUTORIA A ELES ATRIBUÍDA. APELO IMPROVIDO, À UNANIMIDADE."
(Apelação Criminal: 93753-5, Terceira Câmara Criminal, Relatora Des. Magui Lins Azevedo, Publicada no DJ nº 91, de 19.05.2004).

As provas analisadas imputam aos apelados Adeilton Góis de Siqueira, João Cordeiro Rafael, José Carlos da Silva e Marcos Valério Neves a autoria do crime descrito na denúncia, não deixando qualquer dúvida, pois, agindo premeditadamente, utilizando-se da chave que havia sido cedida pela cúmplice Quitéria da Silva Góis, que detinha a chave da casa por gozar da confiança da vítima porque lhe prestava serviços domésticos, adentraram na residência da vítima, os acusados José Carlos da Silva, conhecido por "Zé Carlos" Márcio José da Silva, o "Marcinho", amordaçando e amarrando os pulsos e tornozelos da vítima, passando a revirar toda a casa com o intuito de encontrar dinheiro, enquanto Marcos Valério Neves Ferreira, o "Marquinho", dava cobertura e proteção aos comparsas do lado externo da residência. Como agente intelectual aponta-se João Cordeiro Rafael, conhecido por "João de Ziro", que costumava tomar emprestado dinheiro a vítima acumulando dívidas com a mesma e com intuito de não adimplir os débitos contraídos, resolveu ceifar a vida da vítima.

O fato de os acusados terem se retratado em juízo, é prática correntia, que não impressiona, posto que em desarmonia com os demais depoimentos.

Nesse mesmo sentido trago à colação decisão deste Sodalício, no julgamento da Apelação criminal nº 126163-4, Segunda Câmara Criminal, Relator Des. Og Fernandes, julgada em 13.09.2006, de cuja ementa se extrai o seguinte excerto:

Penal - Processual Penal - Apelação Criminal - Latrocínio - Alegação de inexistência de provas de participação no delito -



195

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

Inocorrência - Delito satisfatoriamente provado - Confissão extra-judicial de co-réu sintonizada com os demais elementos probatórios e circunstâncias existentes nos autos - Retratação judicial imotivada da confissão que não produz efeito por si mesma para fins de prova - Álibi - Necessidade de comprovação por parte de quem o invoca - Alegação de ausência de prova material e de reconhecimento dos agentes - Desnecessidade - Pena Exacerbada - Inocorrência - Individualização correta - Pena-base fixada a partir da conclusão sobre os maus antecedentes e personalidade voltada para o crime devidamente extraída do processo. Apelo improvido. Decisão unânime. Confirma-se o decreto condenatório lastreado em confissão extrajudicial corroborada pelo conjunto da prova. Desprezá-los não é possível até porque o CPP adotou, nessa parte, o princípio do livre convencimento e na sua exposição de motivos acrescenta que todas as provas são relativas, nenhuma delas terá, "ex vi legis" valor decisivo, ou maior prestígio que outra. Mera retratação judicial não produz efeito por si mesma face à inversão do ônus probatório, acarretando para o confitente a tarefa de apresentar e provar satisfatoriamente os motivos da confissão. É princípio de lógica judiciária que a imputação do co-réu vale como prova, desde que confessando a sua participação no delito, aponta seus comparsas. O indivíduo que empresta uma arma de fogo com a ciência prévia de que será utilizada para a prática de um assalto, assume conscientemente o risco de concorrer para um latrocínio. O reconhecimento do acusado e a apreensão da res furtiva não constituem provas indispensáveis para a condenação do mesmo quando a sua participação restar delineada por outros meios de prova. Quem alega um álibi deve prová-lo sob pena de não ter qualquer valor a negativa de autoria. Estabelecida a reprimenda base com fulcro na análise sobre a personalidade e a vida pregressa dos acusados, devidamente extraída dos autos, inexistente transgressão ao art. 59, do Código Penal.



196



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

Dando continuidade à análise dos recursos interpostos, o acusado **Marcos Valério Neves Ferreira** requereu a extensão do raciocínio do *in dubio pro reo*, utilizado como argumento para absolver a acusada **Quitéria da Silva Góis**, em seu benefício, ante a inexistência de testemunhas, no sentido de terem presenciado o apelante dentro do veículo estacionado próximo a residência da vítima, o que não merece prosperar face a toda argumentação expedida, não restando dúvidas quanto a participação dos acusados na prática delitiva.

Por fim, em relação ao regime estabelecido para cumprimento da pena ser o integralmente fechado, tal como determinado na sentença, razão assiste aos apelante **Adeilton Góis de Siqueira e João Cordeiro Rafael** em seu recurso.

Atente-se que os acusados foram condenados pela prática de delito descrito no art.157, §3º, do Código, crime considerado hediondo, face à norma do art. 2º, da Lei nº 8.072/90, circunstância que inviabilizava o regime de cumprimento determinado na decisão vergastada, tendo em vista que a mencionada Lei estabelecia o cumprimento da pena em regime integralmente fechado (art. 2º, § 1º). No entanto, a Lei 11.464 de 28/03/07, modificou o dispositivo antes mencionado, determinando que a pena por crime hediondo será cumprida em regime inicialmente fechado.

Em verdade, a decisão do STF declarou inconstitucional apenas o § 1º do art. 2º, da Lei 8.072/90, na parte em que determina que a pena por crime previsto no *caput* do aludido artigo 2º será cumprida integralmente em regime fechado, do que se deduz que o regime será o inicialmente fechado.

Tendo em vista a nova redação do § 1º, do art. 2º da Lei 8072/90, dada pela Lei 11.464 de 28/03/2007³, determino a alteração do regime prisional irrogado a apelada, para o de inicialmente fechado.

Ante o exposto, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de justiça, dou provimento parcial ao apelo, para

³Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de:
§ 1º A pena por crime previsto neste artigo será cumprida inicialmente em regime fechado.
Aekaa/Apel crim - 0164431-1 - 157,§3º, conf políc, retrat, diverg prov, absolviç, impossib, improv



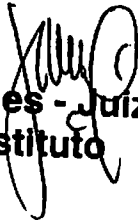
197



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

modificar o regime prisional irrogado aos apelados para o de inicialmente fechado, mantendo a sentença de 1º grau, nos demais termos.

Recife, 28 de Outubro de 200 .


Adelido Nunes - Juiz Convocado
Relator Substituto



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO

198



PROCESSO Nº: 0164431-1
COMARCA: SERTÂNIA
VARA: VARA ÚNICA
APELANTES: JOSÉ CARLOS DA SILVA
MÁRCIO JOSÉ DA SILVA
ADEILTON GÓIS DE SIQUEIRA
JOÃO CORDEIRO RAFAEL
MARCOS VALÉRIO NEVES FERREIRA
MINISTÉRIO PÚBLICO
APELADO:

VOTO REVISOR

Acompanho o relator, em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, votando pelo provimento **parcial** ao recurso no que tange à mudança da expressão de regime integralmente fechado para regime inicialmente fechado, visto que a Lei 11.464/07¹ deu nova redação ao art. 2º, §1º da Lei 8.702/90.

É como voto.

16/10 /2009

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Revisor

¹ Art. 2º

§ 1º A pena por crime previsto neste artigo será cumprida **Inicialmente** em regime fechado.